

AS TRÊS GEOGRAFIAS: REFLETINDO PELO RETROVISOR SOBRE OS PROBLEMAS DE TODA MUDANÇA

THE THREE GEOGRAPHIES: GEOGRAPHY RENEW AND ITS PROBLEMS

*Ruy Moreira**

Resumo: Há três formas de geografia: a real, a teórica e a institucional. A primeira muda rapidamente, a segunda busca acompanhá-la em sua mudança e a terceira tende a agir como freio às mudanças da segunda. Na evolução da geografia no Brasil nestes últimos trinta anos é o que constatamos.

Abstract: There are three forms of geography: the real geography, de theoretical geography and de institutional geography. The institutional geography is the most conservative form of geographies. This text analyses its characteristics and its relations with first and second geographies in Brazil.

Três são as geografias: a real do nosso entorno empírico, a teórico-conceitual de nossos discursos e a de nossos hábitos, costumes, mentalidades e vivências institucionais. As duas primeiras formam entre si uma contraposição que reciprocamente as empurra uma à outra para frente constantemente. A terceira tem a ver com a mentalização dos nossos hábitos e costumes materializados em nossas práticas e instituições, num compartilhamento de fronteiras com a segunda, e com isso definida como uma espécie de poder de força que pode se interpor como freio ou arranco no encontro recíproco e no destino da segunda em relação à primeira. Estas três geografias não evoluem por igual.

* Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense.

A geografia real vive já há 30 anos um período de intensa reconfiguração dos termos de ordenamento do seu arranjo de espaço. E o sinal disso é a profusão de leis e debates de regulação do meio ambiente com o significado de reorientação do ordenamento dos territórios, que já dura pelo menos três décadas, todas estas leis e debates voltados para o fim de disciplinar e apontar no sentido do rumo novo esse ordenamento. A geografia teórico-conceitual vive também nesse entretempo um enorme esforço de mudança, visando atingir a correspondência intelectual necessária que clarifique e acompanhe os momentos e movimentos de transformação da primeira. Já a geografia da mentalidade, dos hábitos e costumes, ao contrário, pouco tem mudado na sua essência conservadora, arrastando-se com seu peso de ferro anos a fio no mesmo formato. Mas sendo essa terceira uma intermediária no vaivém de mudanças e recuos dos encontros de correspondência da segunda com a primeira, aquela em seu esforço de entender e acompanhar as mudanças desta numa relação de permanência, acaba por receber os influxos de mudança destas.

Creio poder resumir nestes termos a situação do geógrafo e da geografia nesta fase da história em que pela primeira vez a geografia brasileira se encontra numa sintonia e mesmo dianteira frente à geografia mundial. Temos, então, muito que comemorar. Mas também muito que avaliar projetivamente face aos momentos que vêm à frente. Há que se indagar se estamos preparados para o futuro que os próximos anos nos reserva. O que pede um balanço de nosso atual momento. E, assim, uma reflexão sobre as mudanças e dificuldades de consonância entre as esferas das três geografias no passado recente.

A PRIMEIRA GEOGRAFIA

O estado atual da organização espacial das sociedades já foi bastante analisado (MOREIRA, 2006; WALLERSTEIN, 2006; e MÉSZÁROS, 2007). Podemos sistematizá-lo em três aspectos essenciais: a recentração das relações de classes, a recriação dos formatos do espaço e a complexificação das escalas.

Até os anos 1970 as relações de classes eram aquelas emanadas ou derivadas das relações fabris. A acumulação do capital se fazia com base essencialmente na produção-expropriação da mais-valia saída do traba-

lho do operariado fabril. O capital hegemônico, o financeiro, era um mix de capital bancário e industrial com forte raiz nas relações de produção fabril, por onde o valor tinha que passar obrigatoriamente no seu circuito reprodutivo. Vem daí que as classes sociais fundamentais eram aquelas diretamente integradas a esta centralidade da fábrica na vida social global: o operariado e a burguesia fabris.

Isto determinava uma ordem espacial também centrada na fábrica. A localização da fábrica, formando uma rede de montante-jusante entre fornecedores de matérias-primas (relação de montante) e consumidores de seus produtos (relação de jusante), orientava a configuração geral do espaço no sentido de arrumá-lo numa estrutura que combinava, a um só tempo, uma localização pontual, cada fábrica tomando um ponto localizado no espaço nacional como referência de sua organização, e um arranjo em rede, cada fábrica tendo sua rede de montante-jusante, o conjunto das redes se entrecruzando, na medida em que cada fábrica mantinha uma relação de montante-jusante com a outra, para formar no todo da configuração uma divisão territorial comum de trabalho de trocas com topo na ação gestora do Estado.

Esta ordem espacial muda a partir dos anos 1970, quando o centro da hegemonia se desloca do capital industrial-bancário para a fração rentista do capital financeiro, a cujo mando e ao sabor de cujas necessidades o espaço geográfico passa a se organizar. Um conjunto de transformações de natureza produtiva permite este novo quadro.

A primeira se dá no sistema de máquinas-ferramentas, que conhece uma grande mudança com o surgimento da máquina orientada na tecnologia da informática. A natureza sistêmica da tecnologia do computador propicia uma interação mais integrativa entre as próprias máquinas e assim ao todo do sistema da produção, cada setor da indústria sendo gerido por um terminal de computadores que no conjunto orientam o encadeamento produtivo a partir de um centro único de comando, o que facilita a substituição do modo rígido e fortemente hierarquizado da organização taylor-fordista pelo mais flexível e mais simplificado de gestão da produção e do trabalho e da própria integração produção-mercado do sistema toyotista.

A segunda se dá na organização geral das empresas. Cada indústria passa a pertencer agora a uma rede articulada não mais pelas necessidades da acumulação industrial, mas pelas do capital rentista, que recria

em seu deslocamento para o centro todo o formato da divisão do trabalho e das trocas até antes prevalecente. Marcado pelo financiamento do consumo, o capital rentista aglutina sob seu cetro a produção, a venda e o crédito, criando um modelo novo de integração entre os setores de cada empresa em que a indústria continua a estar na base, mas o capital rentista se desloca para o epicentro e o comando do todo. Um complexo em rede passa a ser a forma espacial de cada empresa assim estruturada com base na indústria, em que o espectro de montante-jusante desta se aproxima ao máximo em termos orgânicos, e o topo no financiamento rentista, o conjunto total das empresas passando a configurar-se num complexo de complexos.

Um modo de ser global do espaço real assim nasce e se desenvolve a partir dos anos 1970, cuja principal característica é o permanente vir-a-ser, uma vez que, à diferença da configuração rígida e fragmentária do passado, o espaço é agora fluido, liso e móvel. E uma reestruturação espacial tem assim lugar, de modo a se organizar a passagem e a transformação da configuração velha na nova. O *modus operandi* dessa passagem é a eliminação das fronteiras que dividiam e separavam em diferentes recortes de espaço a inscrição fabril do passado. Se a geografia industrial implicava a fragmentação, dado sua organização na forma de redes particulares, cada relação de montante e jusante de cada fábrica sendo uma rede e a vida geográfica de cada fábrica sendo um múltiplo de redes locais entrecruzadas, o que supunha inscrições territoriais de mando a um só tempo específicas e superpostas, daí o permanente conflito de territorialidades, a geografia do rentismo implica em um espaço organizado em rede global, por isso aberto e sem barreiras, livre à mobilidade territorial de que este necessita.

De imediato, some, assim, a fronteira campo-cidade que antes delimitava o âmbito de inserção territorial da indústria, historicamente nascida e localizada na cidade, e da agricultura e pecuária, historicamente reduzidas e restringidas a localizar-se no campo, o comércio e os serviços do terciário agindo como uma correia de transmissão e de organização da divisão territorial do trabalho nos termos de uma integração territorial nacional das trocas. A reconfiguração da localização geográfica da indústria, migrando da cidade para o campo, é o veículo da fusão que ocorre. A indústria se desloca da cidade para ir integrar-se no campo com as atividades da lavoura e criação, assim nascendo o *agrobusiness*

nos anos 1950 nos Estados Unidos, um complexo agroindustrial que a partir dos anos 1970 se generaliza pelo mundo, numa clara eliminação também da divisão do trabalho que separava as atividades econômicas em setores primário, secundário, terciário e quaternário como âmbitos distintos e especializados territorial e setorialmente, agora reunidos e organicamente fundidos numa estrutura empresarial e espacial única.

Some, a seguir, a fronteira cidade-cidade que antes integrava numa hierarquia de mandos espaciais das cidades as regiões segundo as respectivas inscrições de polaridades urbanas, substituída agora pela integração em rede que transforma as cidades em nós de interligação dos espaços numa estrutura mundial em rede global, tudo propiciado pela mesma rede de informática que unifica as relações produtivas e do trabalho no interior das fábricas e integra estas às lojas locais no sistema do *just-in-time* (JIT) ao tempo que extrapola a relação fábrica-loja para o plano dos mercados globais.

Some, assim, também, a fronteira região-região que antes arrumava a produção e as trocas no âmbito do território dos Estados, dividindo o espaço nacional num plano de domínio territorial da produção e de mercado das empresas, hoje substituída por uma forma nova de territorialidade, a que acompanha e organiza as ações do capital rentista por detrás das redes de complexidades empresariais.

Por fim, some a fronteira dos Estados Nacionais que antes punha o Estado na função dupla de organizar o espaço na forma do espaço interno, em face dos interesses das suas empresas, ao tempo que do espaço externo, como filtro de seleção das relações vindas de fora e de orientação das ações para fora onde as empresas e capitais nacionais e estrangeiros se inter-relacionavam, o Estado retraindo-se agora de todas as funções que não seja a da criação e gestão das condições gerais do funcionamento do sistema, num retorno às funções do período do liberalismo (daí dizer-se de neoliberal ao conjunto de reestruturações que acompanha o nascimento, organização e funcionamento do modo de produção rentista).

A segunda ordem de transformações se dá no âmbito geral do próprio paradigma tecnológico das forças produtivas existentes, na forma da biorrevolução, uma vez que, a rigor, é a própria base infra-estrutural do capitalismo industrial como um todo que, no interesse do capital rentista, está se refazendo.

O primeiro sintoma de esgotamento dessa infra-estrutura é a denúncia da validade histórica da matriz energética baseada nos combustíveis fósseis, com que o capitalismo lançara suas bases tecno-econômicas a partir da primeira revolução industrial nos meados do século XVIII na Inglaterra, de parte do movimento ambientalista. O carvão mineral e a seguir o petróleo foram a base de montagem de todo um sistema de produção que por mais de dois séculos fez do subsolo mineral o alicerce da civilização capitalista, uma civilização apoiada em recursos de baixos custos e esgotáveis, até que nos anos 1970 esta base deixa às claras seus limites. É quando a engenharia genética e seu subproduto, a energia da biomassa, surgem e com elas os sinais da hora de troca de paradigmas.

A engenharia genética é uma tecnologia baseada na técnica do DNA recombinante. Mediante a manipulação genética, formas novas de combinação podem ser feitas em plantas e animais, predispondo-as a se transformarem em novas formas de matérias-primas e materiais para uso industrial. Assim, a engenharia genética abre para um espectro de ações de valor econômico que vai da geração de novos tipos de matérias-primas e novos tipos de materiais, com a possibilidade de substituição das matérias-primas e tipos de materiais de origem mineral atuais, à extração da energia da biomassa, e assim abre para a era de uma nova revolução industrial.

O exemplo mais conhecido dos efeitos industriais da engenharia genética é o complexo agroindustrial - fonte geradora de diferentes tipos de commodities, em particular o biocombustível -, tudo indicando ser a base de transição de uma civilização geológica, em que ainda estamos, para uma civilização bioengenheiral, para a qual se caminha, a bioenergia servindo de seu veículo principal.

Com a biorrevolução completa-se o circuito da eliminação das fronteiras do anterior regime de produção e acumulação capitalista, dissolvendo-se agora as fronteiras existentes no campo da relação dos saberes. A partir do próprio conceito de vida como sendo um fenômeno biogeoquímico, tal como desenvolve a teoria Gaia, de James Lovelock e Lynn Margulis, inspirada na teoria da "sopa química" do naturalista ucraniano-soviético V. I. Vernadsky (1863-1945), em que a biologia, a geologia, a química e a física se fundem numa só forma de conhecimento, e ainda como a desenvolve a teoria da complexidade, de E. Morin, Ilya Prigogine e H. Atlan, o primeiro dos quais vê a vida humana como um

fenômeno bioantropológico, dessa vez fundindo biologia, história e antropologia, a velha teia de fronteira entre as ciências vai desaparecendo por fusões e recriações, tal como vemos acontecer no âmbito físico-territorial com as fronteiras entre cidade e campo, região e região, e entre os Estados nacionais.

Toda essa multiplicidade de transformações converge então para uma reconfiguração geral dos espaços, através do que podemos chamar de bioespaço, visível nas paisagens criadas pela intervenção técnica da engenharia genética que chamaríamos biopaisagens (MOREIRA, 2006).

Uma similitude pode ser percebida aqui, embora enquanto tendência, das formas dos espaços futuros com as formas dos espaços de antes da revolução industrial, em que os arranjos do espaço eram consonantes com os recortes traçados pelos biomas e que a literatura geográfica clássica designa de regiões homogêneas. Um tema analisado por Vidal de La Blache por intermédio do conceito de gênero de vida, a cujo centro está o de meio geográfico. Também os bioespaços tendem a assemelhar-se ao modelo de configuração dos biomas, seus arranjos geográficos se apoiando em biopaisagens, espaço e paisagens produzidos por uma era técnica bioengenheiral, assim como os de hoje o são pelo que Milton Santos designa de meio técnico-científico informacional.

Uma divisão territorial de trabalho e de trocas apoiada na configuração de um arranjo em que os espaços se diferenciam pelas redes dos complexos empresariais, a do complexo agroindustrial e a do complexo de produção-venda-financiamento-do-consumo servindo de exemplos, todos apoiados na bioenergia e no comando do capital rentista, tende a substituir a antiga, em que espaços, técnicas e saberes andavam separados e segmentados em suas formas de assentamentos na paisagem. Tudo isto significando a um só tempo uma base nova de forças produtivas e de relações de produção, forças e relações de produção se reestruturando e em sua relação recíproca espacialmente se readequando em função da reestruturação capitalista.

Com isto, uma grande transformação se dá no âmbito da teoria do valor e das classes sociais que lhes correspondem, alterando a natureza das relações de classes. A forma do excedente que serve ao capital rentista em sua ânsia de acumular se diversifica para abranger, ao lado da mais valia fabril calcada no valor-trabalho, uma multiplicidade de formas de excedente identificadas com o valor vinculado ao uso da terra como meio de

produção, a renda fundiária, a exemplo daquelas provindas das diferentes comunidades rurais que se imaginava extintas e abandonadas pelo próprio interesse do capital industrial e que agora aparecem com seus modos de vida, territorialidades e culturas diante da abolição das fronteiras que as escondia e sufocava dentro das formas de regulação do espaço industrial, a que o capital rentista acrescenta a própria transformação e expropriação de parcelas dos salários dos trabalhadores urbanos, transformados em fontes de excedente para acumulação rentista por intermédio do mecanismo do crédito de financiamento do consumo. Isto torna o âmbito da acumulação capitalista territorialmente mais polimorfo e múltiplo, deslocando o centro de gravidade do conflito capital-trabalho para além do âmbito fabril, ao incorporar e pôr como sujeitos antagonistas do capital rentista novos segmentos sociais da sociedade moderna (seria, por isso, pós-industrial e pós-moderna?), abrindo com eles novas frentes e formas de conflitamento, mas criando também maior poder de mobilidade dentro dos conflitos de parte do capital.

A SEGUNDA GEOGRAFIA

A década de 1970 já anuncia, com grande evidência e ao menos em alguns de seus traços fundamentais, esta tendência de nova configuração da primeira geografia. O debate e a denúncia da falência do paradigma de relação homem-meio centrada no interesse da indústria pelo movimento ambientalista, a desconstrução do discurso de natureza e de homem da ciência e da filosofia emanadas da ilustração oitocentista e o anúncio da necessidade da mudança nas regras institucionais de gerência das relações do capitalismo desde a relação técnica-natureza no âmbito geral dos espaços até a relação produtiva e do trabalho no âmbito interno das empresas, com passagem necessária pelo modo de presença do Estado frente à economia e os embates políticos e de classes no interior da sociedade, prenunciando a emergência do neoliberalismo, do pós-modernismo e pós-fordismo, têm quase o significado de um espelho exposto à transparência.

E este quadro de época é direta e imediatamente captado no âmbito da segunda e terceira geografia seja na forma da insatisfação estudantil com os cursos de graduação que lhe eram oferecidos (LACOSTE, 1988), e seja na forma da busca de uma forma nova de fazer geografia estampada

na ação de seus intelectuais, de que a "New Geography" é o melhor exemplo, mas sem que se tivesse a lúcida e transparente clareza de que acontecia (SANTOS, 1978). Falava-se da necessidade de uma revolução, a "quantitativa", por exemplo, tudo indicando É, assim, que a segunda e terceira geografia se transformam no fórum de um imenso debate por mudança: aqui chamada de "revolução quantitativa", ali de "geografia radical", acolá de "revolução perceptiva". Tudo parecia indicar a confirmação do vaticínio do fim do capitalismo. E nada parecia indicar mais um salto de gato da intervenção do capital na história. E já se estava nos anos 1980 quando a palavra reestruturação vem se somar, e mesmo substituir, em grande parte do mundo acadêmico, revolução e mudança, palavras que comandavam as ações de militância de esquerda até a década dos anos 1970, apondo para maior transparência de compreensão do que nos anos 1970 se apresentava como tendência.

Entretanto, da direita à esquerda, cedo percebeu-se estabelecer-se no âmbito da segunda geografia um impasse da teoria frente a uma realidade espacial que se transformava, a uma velocidade mais e mais acelerada, alterando o campo da primeira. Tanto no âmbito da "Geografia Teórica e Quantitativa", quanto das geografias "radical" e "crítica", e das geografias da percepção, histórica, cultural ou humanística, tem-se esta percepção.

Por isso, talvez, o centro de referência do debate das mudanças vai se concentrar na questão do espaço. Porque nele é onde a crise do real-existente mais direta e claramente se manifesta, por ser onde as formas novas do real vão ter de materializar-se à medida que surgem. Da "New Geography" à "geografia radical-crítica" e às múltiplas formas subjetivistas, que aqui e ali vão vindo de volta do passado dos anos 1920, por isso mesmo o espaço é o tema. Não é de estranhar que, apresentadas como os opostos, tão diferentes formas de segunda geografia se encontrem nesse ponto. E não estranha que tanto na "New Geography" quanto na "geografia radical-crítica" a teoria econômica se apresente como centro de referência, a primeira na forma da economia neo-marginalista, onde daqui há pouco irá vicejar o neo-liberalismo, e a segunda na da economia política marxista, onde desde os anos 1950 se manifestam pleitos de mudança como a "Geografia Ativa", de Pierre George, e a "Geografia Aplicada" de Jean Tricart, dois geógrafos egressos do marxismo francês, o primeiro remetendo o olhar da geografia para o campo das

determinações espaciais da existência, e o segundo para o das intervenções políticas do meio ambiente pelos grandes arranjos espaciais de ordenamento. E que as correntes do subjetivismo se refugiem no campo das manifestações simbólicas. Em todos estes campos emerge a percepção da necessidade de rever-se os parâmetros teóricos de compreensão da primeira geografia. De que real e mente se encontrem.

Assim, a própria natureza ampla da transformação da primeira faz emergir na segunda a consciência da necessidade de nela forjar-se uma nova teoria geral para a geografia. Eis porque a década de 1970 é marcada por essa busca de uma teoria geral para a geografia. Buscam-na Chorley e Berry, na "New Geography", Milton Santos e Harvey, na "geografia radical-crítica", George e Tricart, na geografia clássica, e Tuan e Relph, nas geografias subjetivistas, para ficarmos em exemplos das tendências diversas que nesta década se manifestam claramente pela busca de uma "geografia nova", capaz de oferecer uma nova forma global de compreender e explicar o real da primeira e dar poder de fogo à intervenção da segunda.

A TERCEIRA GEOGRAFIA

Há que se mexer, entende-se, então, no contexto da terceira geografia. Mudar os hábitos e costumes historicamente mentalizados na visão pontual do pequeno. Tocar no jogo conjuntural dos interesses. Colocar as mentalidades na consonância de uma realidade que agora transpira para além da velha aparência. Saber lidar com a inércia das instituições.

Daí que o debate se desloque, e num tom de agressiva combatividade, do foco da teoria, para o dos currículos e departamentos das universidades. Foi um grande equívoco. Sobretudo por entender-se estar aí o "lôcus" de reação à geografia trocada. Levou-se tempo para se perceber que os hábitos arraigados, que são o que de fato reage ao imperativo das novas necessidades de mudança, eram coisas da segunda geografia. Portanto, um dado do âmbito da segunda, não da terceira, embora nesta se invista de um enorme aparato de institucionalidade. Isto por faltar nos então anos 1970 a percepção da natureza desses hábitos.

Foi este fato, o do equívoco do centro do foco, que defasou o encontro da concomitância de uma segunda geografia em relação a uma

primeira, que acelerava em sua mudança e cujos passos devia acompanhar, mas o fazia aos passos lentos e pesados de um cágado, porque o passo "natural" da terceira.

São os hábitos e costumes mentalizados, próprios da esfera da segunda, mais que as próprias estruturas institucionais com que se manifestam na terceira, os elementos que condicionam e, se deixados aos seus encargos, governam os movimentos de mudanças no mundo do pensamento, seja da filosofia e seja da ciência, as artes se apresentando como um campo por natureza aberto a mudanças mais constantes, bloqueando seu andamento. Um problema localizado no âmbito da segunda geografia, pois, não da terceira, embora, por tradição, manifeste e ancore seus interesses nas instituições (grades curriculares, departamentos etc.) do âmbito desta.

Que hábitos, costumes e mentalidades são esses?

É sabido que a geografia cristalizou-se, desde os meados do século XIX, quando o positivismo se torna seu campo de assentamento, como um saber devotado ao estudo do pontual. Centramo-nos detidamente no estudo aqui de um recorte de área e acolá de um recorte de um plano setorial, deixando do lado de fora o quadro global da configuração do espaço dentro do que este ou aquele recorte se manifesta como particularidade ou forma singular de existência. Como, todavia, sem uma referência de totalidade a análise do pontual é impossível, isto significando a necessidade de uma teoria geral de geografia consonante com uma teoria geral do real, buscamos, então, a teoria geral que não temos no âmbito do saber onde a similaridade do tema de estudo mais indica presumivelmente podermos encontrá-la. Assim a geomorfologia se torna um êmulo da geologia, a geografia urbana da sociologia, a geografia agrária da economia ou da agronomia, a geografia do subjetivo na antropologia ou na teoria da arte. Isto embora nos incomode o fato de estes saberes não nos fornecerem uma teoria geral de traço geográfico - seja uma abordagem espacial ou outra de uma referência teórico-conceitual que se possa dizer geográfica - induzindo-nos a fazer obras - méritos à parte - de geólogo, sociólogo, economista ou antropólogo, que levou Yves Lacoste à crítica acerba de sermos um péssimo economista e um geólogo medíocre. É esta cultura do pontual que reage agora, diante da tarefa de encontrar o referente geral dentro de si mesmo.

UM BALANÇO DA MUDANÇA

A característica maior da geografia dos últimos 30 anos (falo aqui da segunda geografia) é, assim, a busca por uma teoria geral que fizesse aproximar e por numa contemporaneidade crítico-permanente (daí a confusão de uma geografia crítica) as três geografias em total relação de correspondência. Mas perdeu-se muito tempo, tinta e papel achando-se ser âmbito de realização da mudança a esfera institucional da terceira, quando o campo certo do embate eram os hábitos, costumes e mentalizações, próprias do âmbito da segunda, de modo a levar-se a avançar, na forma de um olhar conceitual do geral-real, o que, vistos aos olhos de hoje, a própria década já amadurecera e oferecia de alternativas efetivas de teoria. No campo dos hábitos e costumes, pois, mas a partir da segunda geografia, mais que no das suas investidas institucionais situados na terceira, aí realizando-se, dentro da esfera da segunda, o contraponto das idéias internas, sem dar-se à terceira geografia - na medida que foi neste terreno, e não no da segunda em sua relação imediata com a primeira, que se pôs a primazia dos embates por mudança -, a oportunidade de levar as ações para o seu terreno de domínio e assim o privilégio de definir a forma, os limites e o conteúdo dos embates, e assim determinar respectivamente como conteúdo e comando das ações os temas e atores institucionais que são seus, e por este fato, ao fim, como decorrência faça ainda mais reforçar a ideologia conservadora do tema do pequeno dominante na geografia. Pois foi o que aconteceu.

É uma constatação fácil de fazer que a busca da teoria geral é o escopo da década de 1970. Bastaria consultar os livros de referência que, dentro e fora da geografia brasileira, se multiplicam nesta e nas três décadas subseqüentes. Assim, já nos idos de 1970 e 1980 se tinha no âmbito da segunda geografia a possibilidade de nela e a partir dela fazer a unidade entre ela, a terceira e a primeira e numa forma de consciência crítica.

Mas deu-se à esfera mais renitente na resistência à mudança a primazia do comando da relação entre as três, acabando por fazer-se a segunda prisioneira das idiossincrasias da terceira, enquanto a primeira mudava e se afastava da segunda aceleradamente. Os hábitos, costumes e mentalidades do pontual da segunda assim mais se reforçaram e real e mente então não convergiram em sua real e integral escala de necessidade.

Creio situar-se aqui o solo epistemológico do casamento, em parte nada surpreendente e inesperado, entre a segunda e a terceira geografias que então hoje temos. Da razão da capacidade desta de reforçar os vícios e limitações da segunda, e assim criar um fosso crescente entre esta e a primeira, mesmo quando as condições do encontro entre ambas há tempo já existem efetivamente.

E, em face disso, a necessidade político-ideológico de centrar-se na segunda, não na terceira, o foco da continuidade da mudança, invertendo com isso a relação tornada caudatária, de modo a que a própria mudança da segunda modifique por si a terceira. Significa isto fazer o contraponto dos hábitos avançar na segunda geografia, até recriá-los, enraizando-o na tradição de uma teoria geral das totalidades.

Penso estar nesse formato a possibilidade de resolver-se o problema intelectual-acadêmico da necessidade urgente, ainda presente na esfera da segunda, de uma teoria geral que já esteja coadunada com uma teoria geral do real em geografia, e igualmente, por tabela, também o institucional dos imbrólios existentes na geografia da universidade.

A condição-refém da teoria geral à tradição de estudos tópicos-pontuais deve-se, sem dúvida, à sua relação de cotidiano com o saber universitário, via grades e modos de execução dos currículos. Isto porque somos formados nessa institucionalidade. Mas porque por faltar aí, a teoria geral viradora da tradição. Assim, somos levados a nos formar na perspectiva da tradição do estudo do pequeno pedaço de espaço e/ou tema setorial através o viés institucional e universitário do campo estrito em que nos especializamos, os hábitos dominantes da segunda se reproduzindo e se reforçando na reprodução da terceira. Sabe-se hoje que não se pode criar uma teoria avançada no âmbito da terceira geografia e levá-la a atuar no âmbito da segunda. Antes, deve-se criar esta teoria no âmbito da segunda e levá-la a transformar a terceira. Aí, então, a terceira, ganhando concomitância com a segunda, mesmo que por obrigação de segui-la, abre para um ainda maior avanço da teoria avançada, contribuindo para que através das suas regras a terceira geografia amarre o perfil da nossa formação profissional num quadro em que não ata, antes solta nossos pés para andarmos não à retaguarda, mas sim à frente da reflexão crítica das concepções de vida e de mundo em vivemos.

Mas de onde pode provir uma teoria geral da geografia? De uma resposta de ordem também geral de explicação que se dê à totalidade real

existente. É o que me parece. No caso, da construção de uma teoria geográfica geral para a realidade global brasileira. A questão, pois, é nos indagarmos no âmbito da segunda sobre o que temos dito e a dizer se e quando somos colocados diante da sociedade total ou do mundo por inteiro na tarefa de dar explicação ao que temos à nossa frente. Envolvidos pelo estratagema da terceira geografia de realçar a tradição do muito pequeno dominante na segunda, pouco temos em verdade oferecido de uma teoria geral concreta do espaço-total, chame-se ele Brasil ou mundo. É fácil constatar essa afirmativa respondendo à indagação que neste sentido é a indagação emblemática: o que há entre nós em obras e com as armas de nossa ciência de respostas à pergunta “o Brasil, o que é isto?” Cada um pode fazer-se esta pergunta: basta colocar o Brasil diante de si e ver o que tem a dizer como geógrafo sobre o tema. Pergunta fácil de ser respondida pelos historiadores, antropólogos, economistas, em cujos âmbitos os livros estão disponíveis. E com uma incrível diversidade de alternativas de entendimento. Mas com sabor do ainda indizível para a geografia/geógrafos brasileiros. Faltam obras de teoria geográfica geral e por isso sobre o real-total do Brasil. Uma falta ao mesmo tempo de origem e simultaneidade.

Mas foi este o projeto que embalou a geografia brasileira desde os anos 1970. Duas lições se podem extrair do que vimos.

Uma primeira é que nossos problemas, se nela se expressam, entretanto não estão nos currículos, professores tradicionais e nos departamentos da terceira geografia, mas nos hábitos e costumes mentais que governam nossas práticas intelectuais e acadêmicas. Pode-se confirmar o que se disse observando-se a multiplicação, cada vez mais fragmentadora, de realização de encontros, estudos e ações de geografias setoriais. Aqui, as disciplinas do currículo, levadas pelas mãos da academia, saem do papel para realçar o hábito setorial/areal da própria academia no âmbito da segunda. A segunda geografia sai da cumplidade formal da terceira para transformar-se em evento nacional. Prática que tem por consequência ainda mais afastar a geografia brasileira da possibilidade de ver sair da esfera da segunda uma teoria geral das totalidades para a geografia, acabando por ser hoje o fato que mais responde pelo reforço da natureza restritiva e conservadora do que há na segunda de parte da terceira geografia.

Uma segunda é percebermos que é no âmbito da segunda em sua relação com a primeira, mas através uma teoria geral das totalidades na geografia que instrumente e conjumine com uma teoria geral da geografia das totalidades reais, a exemplo da totalidade do Brasil, que temos o que nestes 30 anos realmente avançamos. Sabidamente é onde temos avançado e que continuar a avançar, levados pela simples consciência de que é no plano de uma teoria geral das totalidades, e só aí, que o pontual, areal e/ou setorial pode ser explicado, tendo em vista que todo pontual só existe na medida em que seja forma de ser particular da totalidade. Então, tanto fará se formos do pontual para o geral ou se do geral para o pontual, já que o pressuposto, a existência de uma teoria geral da totalidade real em geografia, estaria satisfeito.

Sem dúvida muito tivemos de avanço nestes 30 anos frente ao projeto de sairmos da escala do tema pontual e específico, seja o areal ou o setorial, e seja dos espaços-de-ambiências como os encontros, aulas, obras escritas, currículos e departamentos, para o plano geral de uma teoria de geografia das totalidades. Mas isto porque, a rigor, e apesar dos erros, avançamos. Avançamos onde, entretanto, fizemos a teoria avançar: no âmbito da segunda geografia, em sua relação concreta com a primeira. Fora, pois, e para além, das prisões e estratégias dos costumes, hábitos e mentalidades institucionais da terceira.

Há, então, que concentrar nessa esfera os esforços do avanço até onde não chegamos: a uma teoria geral para a geografia que já nasça casada com uma teoria geográfica geral da totalidade brasileira.

E, assim, por fim, sair da tradição da explicação dos pequenos pedaços, para enraizá-la na de uma explicação das totalidades, onde, e só onde, os pedaços deixam de ser pedaços e, podem traduzir-se como fenômenos de um todo, totalidades realizadas na forma de existência da particularidade. Então, fazer prevalecer na geografia a teoria aristotélica de que sendo a totalidade o ser real, o pontual é sua forma particular de existência. Criar a teoria do espaço-total em cujo âmbito o pontual, enfim, possa passar a existir como pontual de alguma coisa geral. E poder “explicar na linha de pedras do barranco a evolução do planeta”, no dizer de Aziz Ab’Sáber em sua teoria dos refúgios.

Até porque é também preciso solver o problema correlato que o pontual traz junto a si do risco histórico do tecnicismo. Porque na geografia o tecnocrático se nutre do pontual. É fácil perceber que toda vez

que na história vem um, o outro vem junto. Historicamente, o enfoque tópico-setorial é o elo que alimenta - e retro-alimenta a si mesma nessa relação funesta - a mentalidade tecnicista, havendo uma correlação histórica entre ambas as práticas: toda época de auge de estudo tópico-pontual é também o de uma entranhada mentalidade tecnicista.

Foi o que ocorreu nos anos 1960-1970 com a geografia quantitativa e ocorre hoje de novo com a "geografia geoprocessista". Uma época em que uma insiste em renascer na forma e por intermédio da outra. E com ela a alienação do geógrafo e do seu saber que disto decorre. Alienação do real e de si mesmo como sujeito. Assim na década de 1970 deixamos substituir pelo computador e modelos quantitativos, e hoje estamos nos deixando substituir agora pelo computador e programas de geoprocessamento. Porque assim como se fazia com os modelos quantitativos, faz-se hoje com o programa de informática: pensa-se que é o programa de geoprocessamento que processa o geo (afinal, fala-se de um programa geo-referenciado!) e não nossa inteligência teoricamente informada. Erro igual ao que cometemos nos anos 1940-1960, com a aerofotogrametria. É um movimento cíclico.

Penso que este é um fenômeno acadêmico que ocorre de 15 em 15 anos. De período em período de 15 anos há um quadro de alternâncias de momentos do primado geral do pensamento (a teoria geral) e momentos do primado do pontual-tecnocrático (a teoria do pequeno). E é nos períodos de ciclo do pontual-tecnicismo que se gesta os momentos de crise da geografia. De 15 em 15 anos, de pontualismo em pontualismo, de tecnicismo em tecnicismo, abre-se um período de caça ao crédito e ao valor de prestabilidade da teoria na geografia. Então, a própria técnica é proclamada conteúdo. São momentos de declínio ou quase paralisia da inteligência e de alçamento ao topo das idiosincrasias do pensamento pequeno. Como na situação que hoje vivemos. Mas, então, vem a sensação de insatisfação generalizada. O estado do cada um salve-se como puder. Porque, contraditoriamente, a falta de substância cedo revela a descoberta do próprio vazio do tecnicismo pontualista. Como foi em 1970 com os modelos quantitativos, e hoje está sendo com o geoprocessamento. E assim esteriliza-se e lança-se na descrença a própria validade dos instrumentos que com tanto reboliço fora alçado ao valor de caução de verdade e conteúdo. Desbarata-se a teoria e depois os próprios meios técnicos de identidade e trabalho da segunda e da

terceira geografias. Como aconteceu nos anos 1970 com a estatística e as técnicas quantitativas, e hoje tende a fazer-se com os programas de geoprocessamento. Porque tudo é escondido na insistência da verdade da geografia sem teoria.

Assim é preciso ver-se o fluxo-refluxo como espécie de lei de movimento do pensamento. Que, assim sendo, é necessário se compreender para saber administrar em vista de evitar a esterilidade do período do refluxo. Ao tempo que, num sentido contrário, saber-se preparar o pensamento para a nova fase de inteligência que cedo virá na subsequência.

A década de 1970 foi um ciclo de mudanças teórico-globais na esfera da segunda, em correspondência com as exigências das mudanças reais ocorridas na primeira. Fato que se prenuncia nos movimentos de maio de 1968. E, por isso, um ciclo de atitude crítica e de formação teórica. A atual tem-se mostrado um ciclo de despolitização da própria política (no Brasil e no mundo). E por isso de emergência de pontualismo e exegese do tecnicismo. E tudo indica que a segunda década do terceiro milênio traz consigo um novo ciclo de transformação e por isso de pensamento. E com intensa força. As lutas contra os efeitos de um bioespaço, que só agrava os problemas adiados e não resolvidos da antiga configuração do espaço industrial, como o recrudescimento do desemprego e da fome, são os sinais no horizonte. Tudo assim clama por uma teoria geral urgente e renovada no campo da segunda geografia.

REFERÊNCIAS

CASANOVA, Pablo Gonzáles. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2006.

LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Papirus Editora: São Paulo, 1988.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2007.

MOREIRA, Ruy. Sociabilidade e espaço. In: MOREIRA, Ruy. *Pensar e Ser em Geografia*. Editora Contexto: São Paulo, 2007.

_____. *Para onde vai o pensamento geográfico?* Editora Contexto: São Paulo, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. Editora Hucitec/Edusp: São Paulo, 1978.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Editora Idéias & Letras: São Paulo, 2006.